

**EDcl nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.716.431 - MA  
(2017/0330720-5)**

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**EMBARGANTE** : MORADA NOVA LTDA  
**ADVOGADOS** : PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO - MA000417  
JOAO ULISSES DE BRITO AZEDO E OUTRO(S) - PI003446  
JOHANN HOMONNAI JÚNIOR - DF042500  
**EMBARGADO** : COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO  
MARANHÃO-CAEMA  
**ADVOGADOS** : LEANDRO ASSEN HENRIQUE - MA011940  
EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - MA015607A  
CAMILA ARAUJO MARTINS - MA014749  
MARIA EUGENIA GONCALVES MENDES - MA012960  
BRENO NAZARENO COSTA FELIPE - MA010396  
ADAMIR DE AMORIM FIEL - MA015608A  
MAURICIO GOMES LACERDA - MA014366  
GUILHERME PEREIRA DOLABELLA BICALHO - MA015610A  
GABRIEL ABBAD SILVEIRA E OUTRO(S) - MA015609A

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HIPÓTESE DE CABIMENTO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DO VÍCIO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. CONFIGURAÇÃO DO CARÁTER PROTETATÓRIO. COMINAÇÃO DE MULTA PROCESSUAL.**

1. Consoante já assentou a 1ª Seção nos EDcl nos EDcl no AgRg na AR 3.817/MG, Min. Teori Albino Zavascki, DJe 12/05/2008), "*Os segundos embargos de declaração devem limitar-se a apontar os vícios porventura constatados no acórdão que julgou os primeiros embargos, sendo inadmissíveis quando se contrapõem aos argumentos delineados no aresto anteriormente impugnado*".

2. No caso, insiste a parte embargante na existência de vício no acórdão do agravo interno - o qual já foi afastado no julgamento dos primeiros embargos de declaração -, quando consignada a inexistência de negativa de prestação jurisdicional e ausência de prequestionamento de determinadas matérias abordadas no recurso especial.

3. A reiteração em segundos embargos de declaração, além de caracterizar o uso inapropriado dos aclaratórios com a finalidade de obter o rejulgamento da causa, também configura o manejo com intuito protetatório a ensejar a respectiva reprimenda processual.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de um por cento sobre o valor atualizado da causa.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas,

acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

